

Por Antonio Penteado Mendonça



De acordo com as estatísticas oficiais, as mortes nas rodovias federais tiveram forte aumento durante o feriado de carnaval, na comparação com o ano de 2016. É um dado ruim, não por ele isoladamente, mas dentro do contexto maior do morticínio que são as ruas e estradas brasileiras.

As estatísticas são elásticas e variam entre 50 e 60 mil mortos por ano. Este número, ainda que se aceitando como bom 50 mil mortos, corresponde ao total de baixas norte-americanas em 10 anos de Guerra do Vietnam. Se o somarmos com o total de pessoas permanentemente inválidas em função dos acidentes de trânsito, na casa de 600 mil por ano, teremos uma pálida noção do tamanho da desgraça.

Números frios não transmitem a realidade brutal que destrói a vida de famílias inteiras, atingidas pela perda de um ou mais membros, mortos ou inválidos por causa de um único acidente.

Quantas vezes por ano vemos os destroços dos veículos e ouvimos o locutor informar que 3, 4 ou 5 membros de uma mesma família perderam a vida numa colisão invariavelmente causada por imprudência do motorista? E quantas outras vemos ônibus completamente destruídos, com mais de 20 mortos no acidente?

De outro lado, as cenas dramáticas das condições das estradas, por onde o Brasil escoar parte importante de sua safra de grãos, são suficientes para mostrar o descaso com que o tema é tratado pelas autoridades do setor.

E não são só elas que atestam a falta de comprometimento do Governo Federal com o tema. Estradas espalhadas pelo país inteiro não têm a menor condição de suportar o tráfego diário de milhares de veículos, que assumem os riscos de trafegar por elas.

Não há opção. Os buracos, a falta de manutenção, ausência de sinalização, acostamentos inexistentes, erosão, buracos, crateras, costelas de vaca, pavimentação deteriorada, etc., são companheiros de jornada destas pessoas que colocam a vida em risco e seguem obrigatoriamente por estes arremedos de caminho.

Não adianta sacar demagogia barata para tentar tapar o sol com a peneira, como fazia o ex-prefeito de São Paulo. A redução da velocidade nas Marginais não foi a responsável pela redução (bastante contestada) do número de mortos nas pistas. Mesmo porque o que mata de verdade são os buracos, falta de manutenção, falta de sinalização apropriada, falta de polícia para impedir a invasão de pistas expressas por camelôs e ladrões, falta de fiscalização para não permitir que motoqueiros trafeguem em pistas proibidas, etc., e para isso ele não fez nada.

A queda do número de mortos, mais uma vez de acordo com estatísticas oficiais, é consequência

direta da crise econômica, que retirou das ruas milhares de veículos, não só em São Paulo, mas em todo o país.

A verdade é que, entra ano, sai ano, as informações mantêm, grosso modo, o mesmo patamar. Dependendo de quem informa, o número sobe ou desce, mas sempre oscilando entre 50 e 60 mil mortos.

Não se associa muito os dois dados, mas a verdade é que este número apavorante aponta para outro número desastroso, que é o total de acidentes de trânsito com e sem vítimas que danificam milhares de veículos anualmente.

Não tem como estes dados não impactarem o custo dos seguros. Os seguros de vida e acidentes pessoais, porque a maior parte das vítimas são jovens. Os planos de saúde privados, porque atendem os feridos. Os seguros de veículos, porque pagam os custos dos consertos e reposições. E o DPVAT, o seguro obrigatório, que paga mais de um milhão de indenizações de todos os tipos por ano.

Como se não bastasse, o Governo, mais uma vez reforçando a absoluta falta de sensibilidade, que faz com que deixe as estradas em petição de miséria, em vez de aumentar a importância segurada do DPVAT (único apoio de milhares de famílias), houve por bem, ninguém entendeu o porquê, reduzir o preço do seguro. Quer dizer, tirou do SUS 1,5 bilhões de reais anuais destinados a atender as vítimas de acidentes de trânsito e manteve a indenização por morte e invalidez total e permanente em R\$ 13.500,00, para o segurado pagar por ano R\$ 30,00 a menos.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 10.04.2017.